

# **Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas**

**Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.**

31 de dezembro de 2024  
com Relatório do Auditor Independente

# Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

## Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas .....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais .....	4
Demonstrações dos resultados .....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis .....	9



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos acionistas e Administradores da  
**Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventus Holding de Energia Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Empresa a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.



**Shape the future  
with confidence**

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.



**Shape the future  
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC 2SP-034519/O

  
Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA-021419/O

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora			Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.117	1.044	1.406	188.356	169.588	109.837
Contas a receber de clientes		-	-	-	13.751	4.495	14.423
Contas a receber partes relacionadas		-	-	-	-	536	-
Estoques		-	-	-	9.210	4.859	1.857
Conta de ressarcimento	4	-	-	-	-	9.031	10.938
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	2	38	3.212	2.624	2.200
Outros tributos a recuperar		-	-	-	372	371	1.021
Dividendos a receber		254	1.728	436	-	-	-
Seguros a receber		-	-	-	1.713	-	8.453
Outros ativos		550	550	-	6.649	3.466	2.584
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.921</b>	<b>3.324</b>	<b>1.880</b>	<b>223.263</b>	<b>194.970</b>	<b>151.313</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		19	23	-	19	23	-
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	10.697	10.711	10.639
Tributos diferidos		-	-	-	13.178	9.517	4.562
Investimentos em controladas	5	499.168	513.873	549.449	-	-	-
Imobilizado, líquido	6	-	-	-	495.790	497.338	507.938
Intangível, líquido		-	-	-	156	231	366
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>499.187</b>	<b>513.896</b>	<b>549.449</b>	<b>519.840</b>	<b>517.820</b>	<b>523.505</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>501.108</b>	<b>517.220</b>	<b>551.329</b>	<b>743.103</b>	<b>712.790</b>	<b>674.818</b>
Notas	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>							
Fornecedores		-	17	9	14.618	9.641	2.451
Conta de ressarcimento	4	-	-	-	184.044	14.581	-
Passivo de arrendamento	7	-	-	-	586	1.575	1.152
Imposto de renda e contribuição social a pagar		1	-	-	1.112	1.041	585
Tributos a pagar		-	-	1	3.591	3.962	1.627
Dividendos a pagar		221	1.825	754	226	1.830	759
Outras obrigações		-	-	-	1.612	1.556	1.550
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>222</b>	<b>1.842</b>	<b>764</b>	<b>205.789</b>	<b>34.186</b>	<b>8.124</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Conta de ressarcimento	4	-	-	-	16.229	132.943	88.797
Passivo de arrendamento	7	-	-	-	9.141	19.720	22.260
Provisão para desmobilização		-	-	-	10.980	9.709	4.051
Tributos diferidos		-	-	-	(424)	-	-
Outras obrigações		-	-	-	502	854	1.021
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>36.428</b>	<b>163.226</b>	<b>116.129</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social subscrito e integralizado		432.763	432.763	520.378	432.763	432.763	520.378
Reserva de capital		(2.369)	(2.369)	(2.369)	(2.369)	(2.369)	(2.369)
Reserva de lucros		70.492	84.984	32.556	70.492	84.984	32.556
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	8	<b>500.886</b>	<b>515.378</b>	<b>550.565</b>	<b>500.886</b>	<b>515.378</b>	<b>550.565</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>501.108</b>	<b>517.220</b>	<b>551.329</b>	<b>743.103</b>	<b>712.790</b>	<b>674.818</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Receita operacional líquida	9	-	-	109.606	143.056
Custo de produção e operação de energia	10	-	-	(101.145)	(82.670)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.461</b>	<b>60.386</b>
Gerais e administrativas		(3)	(54)	(607)	(728)
Outras despesas operacionais		(2)	(36)	(425)	(3.083)
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(5)</b>	<b>(90)</b>	<b>(1.032)</b>	<b>(3.811)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(5)</b>	<b>(90)</b>	<b>7.429</b>	<b>56.575</b>
Receitas financeiras		104	122	18.965	10.743
Despesas financeiras		(1)	-	(6.537)	(5.525)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	11	<b>103</b>	<b>122</b>	<b>12.428</b>	<b>5.218</b>
Resultado de equivalência patrimonial		8.966	53.472	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>9.064</b>	<b>53.504</b>	<b>19.857</b>	<b>61.793</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(16)	(6)	(12.839)	(10.587)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	2.030	2.292
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	12	<b>(16)</b>	<b>(6)</b>	<b>(10.809)</b>	<b>(8.295)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>9.048</b>	<b>53.498</b>	<b>9.048</b>	<b>53.498</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventus  *Holding* de Energia Eólica Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	9.048	53.498	9.049	53.498
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>9.048</b>	<b>53.498</b>	<b>9.049</b>	<b>53.498</b>

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>520.378</b>	<b>(2.369)</b>	<b>634</b>	<b>31.922</b>	<b>-</b>	<b>550.565</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	53.498	53.498
Redução de capital		(87.615)	-	-	-	-	(87.615)
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	52.428	(52.428)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.070)	(1.070)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8</b>	<b>432.763</b>	<b>(2.369)</b>	<b>634</b>	<b>84.350</b>	<b>-</b>	<b>515.378</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.048	9.048
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	8.867	(8.867)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	(23.359)	-	(23.359)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(181)	(181)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>8</b>	<b>432.763</b>	<b>(2.369)</b>	<b>634</b>	<b>69.858</b>	<b>-</b>	<b>500.886</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido do exercício	9.048	53.498	9.048	53.498
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	-	-	27.653	27.228
Baixa de ativo imobilizado	10	-	101	-
Atualização monetária sobre ressarcimento	11	-	2.117	2.606
Juros sobre arrendamento	11	-	1.871	2.085
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	11	-	(1.078)	(1.301)
Tributos e contribuições sociais diferidos	12	-	(2.030)	(2.292)
Atualização provisão para desmobilização	11	-	1.271	280
Resultado de equivalência patrimonial	5	(8.966)	(53.472)	-
		<b>82</b>	<b>26</b>	<b>38.953</b>
				<b>82.104</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>		<b>(180)</b>	<b>(1.783)</b>	<b>53.892</b>
				<b>87.587</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(11)	(38)	(9.068)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	7	-	-	(1.871)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>		<b>(109)</b>	<b>(1.795)</b>	<b>81.906</b>
				<b>159.507</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	6	-	-	(38.236)
Dividendos a receber	5	25.145	1.843	-
Redução de capital em controladas	5	-	87.205	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	-	(457)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>		<b>25.145</b>	<b>89.048</b>	<b>(38.693)</b>
				<b>(11.068)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Dividendos pagos		(24.963)	-	(24.963)
(Aplicações) resgates de garantias de financiamento		-	-	1.549
Redução de capital		-	(87.615)	-
Pagamentos de arrendamentos (principal)	7	-	-	(1.031)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(24.963)</b>	<b>(87.615)</b>	<b>(24.445)</b>
				<b>(88.688)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>73</b>	<b>(362)</b>	<b>18.768</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1.044	1.406	169.588
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>1.117</b>	<b>1.044</b>	<b>188.356</b>
				<b>169.588</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventus  *Holding* de Energia Eólica Ltda. (“Empresa”), com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 7º andar, sala 18, Pinheiros, CEP 05425-070, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade limitada, controlada diretamente pela Guaimbê Solar  *Holding* S.A. (“Guaimbê Holding”) e indiretamente pela Auren Operações S.A. (“Auren Operações”) e pela Auren Energia S.A.

Foi constituída em 13 de abril de 2020 e tem por objeto social a participação em outras sociedades no país, como sócio quotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados à exploração do ramo de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

A Empresa possui três unidades produtoras de energia eólica:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2024	2023
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	Geração eólica	Macau, RN	100%	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	Geração eólica	Galinhos, RN	100%	100%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	Geração eólica	Galinhos, RN	100%	100%

As controladas incluídas nas demonstrações consolidadas, possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva (“LER”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWh
Brasventos Miassaba 3	2º LER/2009	740/2010	20/08/10	19/08/45	35 anos	2014	41	68	23
Brasventos Eolo	2º LER/2009	963/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	35	58	22
Rei dos Ventos 3	2º LER/2009	964/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	36	60	21
						<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>186</b>	<b>66</b>

### Comercialização de energia:

Em 31 de dezembro de 2024, o complexo possuía 100% de sua energia contratada no ACR, conforme abaixo:

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Brasventos Miassaba 3	2º LER/2009	CCEE	184.316	349,81	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
Brasventos Eolo	2º LER/2009	CCEE	160.999	351,42	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
Rei dos Ventos 3	2º LER/2009	CCEE	165.102	352,11	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
			<b>510.417</b>					

### 1.1 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES  *Holdings* Brasil Ltda., a AES  *Holdings* Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. (“Auren”) e a ARN  *Holding* Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças (“Transação”) por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

Em 15 de abril de 2025, a Diretoria da Empresa autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Empresa e suas controladas consideraram as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Empresa na sua gestão.

### 2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 13.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### 2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Empresa faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Empresa adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Empresa são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--Continuação

### 2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Empresa avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Empresa foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
-------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

## **2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--Continuação**

---

### **2.7 Critérios de consolidação**

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Empresa obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Empresa e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Empresa.

### **2.8 Revisão de política contábil**

A Empresa, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Administração avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Empresa julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Empresa vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Empresa analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Empresa voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$1.361 na Controladora e R\$109.606 no Consolidado, e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$1.007 na Controladora e R\$127.572 no Consolidado, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--Continuação

### 2.8 Revisão de política contábil--Continuação

Adicionalmente, houve uma redução na atividade de investimento de R\$350 na Controladora e R\$16.388 no Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

01/01/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	45	1.361	1.406	231	109.606	109.837
Investimentos de curto prazo	1.361	(1.361)	-	109.606	(109.606)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	14.423	-	14.423
Estoques	-	-	-	1.857	-	1.857
Conta de ressarcimento	-	-	-	10.938	-	10.938
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	38	-	38	2.200	-	2.200
Outros tributos a recuperar	-	-	-	1.021	-	1.021
Dividendos a receber	436	-	436	-	-	-
Seguros a receber	-	-	-	8.453	-	8.453
Outros ativos	-	-	-	2.584	-	2.584
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.880</b>	<b>-</b>	<b>1.880</b>	<b>151.313</b>	<b>-</b>	<b>151.313</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	10.639	-	10.639
Tributos diferidos	-	-	-	4.562	-	4.562
Investimentos em controladas	549.449	-	549.449	-	-	-
Imobilizado, líquido	-	-	-	507.938	-	507.938
Intangível, líquido	-	-	-	366	-	366
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>549.449</b>	<b>-</b>	<b>549.449</b>	<b>523.505</b>	<b>-</b>	<b>523.505</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>551.329</b>	<b>-</b>	<b>551.329</b>	<b>674.818</b>	<b>-</b>	<b>674.818</b>

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	37	1.007	1.044	42.016	127.572	169.588
Investimentos de curto prazo	1.007	(1.007)	-	127.572	(127.572)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	4.495	-	4.495
Contas a receber partes relacionadas	-	-	-	536	-	536
Estoques	-	-	-	4.859	-	4.859
Conta de ressarcimento	-	-	-	9.031	-	9.031
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2	-	2	2.624	-	2.624
Outros tributos a recuperar	-	-	-	371	-	371
Dividendos a receber	1.728	-	1.728	-	-	-
Outros ativos	550	-	550	3.466	-	3.466
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>3.324</b>	<b>-</b>	<b>3.324</b>	<b>194.970</b>	<b>-</b>	<b>194.970</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23	-	23	23	-	23
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	10.711	-	10.711
Tributos diferidos	-	-	-	9.517	-	9.517
Investimentos em controladas	513.873	-	513.873	-	-	-
Imobilizado, líquido	-	-	-	497.338	-	497.338
Intangível, líquido	-	-	-	231	-	231
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>513.896</b>	<b>-</b>	<b>513.896</b>	<b>517.820</b>	<b>-</b>	<b>517.820</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>517.220</b>	<b>-</b>	<b>517.220</b>	<b>712.790</b>	<b>-</b>	<b>712.790</b>

2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentação	Original	Reclassificação	Reapresentação
<b>Atividades operacionais:</b>						
Lucro líquido do exercício	53.498	-	53.498	53.498	-	53.498
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>						
Depreciação e amortização	-	-	-	27.228	-	27.228
Atualização monetária sobre ressarcimento	-	-	-	2.606	-	2.606
Juros sobre arrendamento	-	-	-	2.085	-	2.085
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	-	-	-	(1.301)	-	(1.301)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(128)	128	-	(9.350)	9.350	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	-	(2.292)	-	(2.292)
Resultado de equivalência patrimonial	(53.472)	-	(53.472)	-	-	-
	(102)	128	26	72.474	9.350	81.824
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>	<b>(1.783)</b>	<b>-</b>	<b>(1.783)</b>	<b>88.249</b>	<b>(381)</b>	<b>87.868</b>
Juros resgatados de cauções e depósitos vinculados	132	(132)	-	7.391	(7.391)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(38)	-	(38)	(8.099)	-	(8.099)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-	-	-	(2.085)	-	(2.085)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(1.791)</b>	<b>(4)</b>	<b>(1.795)</b>	<b>157.930</b>	<b>1.578</b>	<b>159.507</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>						
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(12.296)	-	(12.296)
Dividendos a receber	1.843	-	1.843	-	-	-
Redução de capital em controladas	87.205	-	87.205	-	-	-
Aplicações/resgates em investimentos de curto prazo	350	(350)	-	(16.389)	16.389	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	-	1.228	-	1.228
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>	<b>89.398</b>	<b>(350)</b>	<b>89.048</b>	<b>(27.457)</b>	<b>16.388</b>	<b>(11.068)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>						
Redução de capital	(87.615)	-	(87.615)	(87.615)	-	(87.615)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	-	-	-	(1.073)	-	(1.073)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>(87.615)</b>	<b>-</b>	<b>(87.615)</b>	<b>(88.688)</b>	<b>-</b>	<b>(88.688)</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8)</b>	<b>(354)</b>	<b>(362)</b>	<b>41.785</b>	<b>17.966</b>	<b>59.751</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	45	1.361	1.406	231	109.606	109.837
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>37</b>	<b>1.007</b>	<b>1.044</b>	<b>42.016</b>	<b>127.572</b>	<b>169.588</b>

### 3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Numerário disponível	215	37	45	971	168.581	231
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	-	1.007	1.361	-	1.007	109.606
Quotas de fundos de investimento (a)	902	-	-	187.385	-	-
<b>Total</b>	<b>1.117</b>	<b>1.044</b>	<b>1.406</b>	<b>188.356</b>	<b>169.588</b>	<b>109.837</b>

- (a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2024, os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento possuem liquidez diária e rentabilidade média de 90,61% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (96,61% em 31 de dezembro de 2023).

### 4 CONTA DE RESSARCIMENTO

Conforme estabelecido nos Contratos de Energia de Reserva (LER 2009) celebrados entre a Empresa e a CCEE, ao fim de cada ano contratual serão apuradas as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento referente à parcela de energia contida na faixa de tolerância de até 10% de geração inferior ao montante de energia contratada, apurado em relação ao ano A, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106% do preço de contrato vigente em A+1, considerados os montantes de energia adquiridos por meio de mecanismo de cessão previsto em contrato.

O ressarcimento apurado por desvios negativos abaixo da faixa de tolerância de 10% de geração, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente em A+1.

A parcela de energia referente a desvios positivos contidos na faixa de tolerância de até 15% de geração acima da energia contratada poderá ser (i) repassada para o ano contratual seguinte como crédito de energia; (ii) cedida a outro vendedor do mesmo leilão comprometido com contratação de energia de reserva da mesma fonte e com saldo de energia negativo ou; (iii) objeto de recebimento de receita variável, valorada ao preço de contrato vigente no ano de pagamento e paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

A receita variável referente a desvios positivos de geração acima da faixa de tolerância de 15% será recebida em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte ao valor de 30% do preço contratual vigente no ano A+1.

#### 4 CONTA DE RESSARCIMENTO--Continuação

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2024.

	Consolidado	
	2024	2023
	Ativo	Ativo
<b>Ativo circulante</b>		
Conta de ressarcimento	-	9.031
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>9.031</b>
	Passivo	Passivo
<b>Passivo circulante</b>		
Conta de ressarcimento	(184.044)	(14.581)
<b>Passivo não circulante</b>		
Conta de ressarcimento	(16.229)	(132.943)
<b>Subtotal</b>	<b>(200.273)</b>	<b>(147.524)</b>
<b>Total</b>	<b>(200.273)</b>	<b>(138.493)</b>

A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>10.938</b>	<b>(88.797)</b>
Adição / reversão	-	(65.992)
Amortização	-	9.871
Ressarcimento contratual	(1.907)	-
Atualização monetária	-	(2.606)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9.031</b>	<b>(147.524)</b>
Adição / reversão	5.159	(63.665)
Amortização	(14.190)	13.033
Atualização monetária	-	(2.117)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>-</b>	<b>(200.273)</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>184.044</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>16.229</b>

#### Cronograma de processamento dos ressarcimentos

Os eventos de *constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

## 4 CONTA DE RESSARCIMENTO--Continuação

### Cronograma de processamento dos ressarcimentos--Continuação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período “definitivo” do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

## 5 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Empresa detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2024	2023
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	499.168	513.873
<b>Total</b>	<b>499.168</b>	<b>513.873</b>

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	152.144	(3.865)	(4.162)	144.117
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	172.689	4.747	(9.620)	167.816
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	189.040	8.084	(9.889)	187.235
<b>Total</b>	<b>513.873</b>	<b>8.966</b>	<b>(23.671)</b>	<b>499.168</b>

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Redução de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	174.704	(26.551)	4.771	(780)	152.144
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	170.016	(31.354)	34.676	(649)	172.689
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	204.729	(29.300)	14.025	(414)	189.040
<b>Total</b>	<b>549.449</b>	<b>(87.205)</b>	<b>53.472</b>	<b>(1.843)</b>	<b>513.873</b>

## 5 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS--Continuação

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do Capital Social	Valor do Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	154.853.000	100%	154.853	187.235	(3.865)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	132.106.000	100%	132.106	144.117	4.747
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	125.749.000	100%	125.749	167.816	8.084
<b>Total</b>			<b>412.708</b>	<b>499.168</b>	<b>8.966</b>

## 6 IMOBILIZADO

A Empresa utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL), para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Empresa deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

## 6 IMOBILIZADO--Continuação

### a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2024			2023
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,84%	166.247	(67.884)	98.363
Máquinas e equipamentos	3,69%	594.452	(256.887)	337.565
Móveis e utensílios e outros	6,25%	310	(115)	195
Veículos	14,29%	1.225	(338)	887
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>762.234</b>	<b>(325.224)</b>	<b>437.010</b>
Imobilizado em curso (i)		50.587	-	50.587
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>812.821</b>	<b>(325.224)</b>	<b>487.597</b>
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	4,00%	11.252	(3.059)	8.193
<b>Total Imobilizado</b>		<b>824.073</b>	<b>(328.283)</b>	<b>495.790</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) A Empresa reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova mensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo prazo do contrato ou prazo de autorização, o que for menor. A Empresa reconheceu ativo de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 30 anos, depreciados à taxa de 4,00% a.a.

### b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (i)	Baixas	Transferências / Reclassificações (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	166.247	-	-	-	-	166.247
Máquinas e equipamentos	594.168	-	-	(199)	483	594.452
Móveis e utensílios e outros	310	-	-	-	-	310
Veículos	1.225	-	-	-	-	1.225
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>761.950</b>	-	-	<b>(199)</b>	<b>483</b>	<b>762.234</b>
Imobilizado em curso	15.287	38.236	-	-	(2.936)	50.587
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>777.237</b>	<b>38.236</b>	-	<b>(199)</b>	<b>(2.453)</b>	<b>812.821</b>
Direito de uso de terreno arrendado	23.304	-	(12.076)	-	24	11.252
<b>Subtotal</b>	<b>800.541</b>	<b>38.236</b>	<b>(12.076)</b>	<b>(199)</b>	<b>(2.429)</b>	<b>824.073</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(303.203)	(27.580)	2.617	98	(215)	(328.283)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>497.338</b>	<b>10.656</b>	<b>(9.459)</b>	<b>(101)</b>	<b>(2.644)</b>	<b>495.790</b>

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Transferências / Reclassificações (ii)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	166.246	-	-	1	166.247
Máquinas e equipamentos	589.398	-	5.378	(608)	594.168
Móveis e utensílios e outros	293	-	-	17	310
Veículos	898	-	-	327	1.225
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>756.835</b>	-	<b>5.378</b>	<b>(263)</b>	<b>761.950</b>
Imobilizado em curso	3.816	12.296	-	(825)	15.287
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>760.651</b>	<b>12.296</b>	<b>5.378</b>	<b>(1.088)</b>	<b>777.237</b>
Direito de uso de terreno arrendado	25.421	-	(1.674)	(443)	23.304
<b>Subtotal</b>	<b>786.072</b>	<b>12.296</b>	<b>3.704</b>	<b>(1.531)</b>	<b>800.541</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(278.134)	(27.144)	1.001	1.074	(303.203)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>507.938</b>	<b>(14.848)</b>	<b>4.705</b>	<b>(457)</b>	<b>497.338</b>

## 6 IMOBILIZADO--Continuação

### b) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

- (i) A Empresa objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela baixa reavaliação da estimativa contábil daquelas que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.
- (ii) Refere-se às reclassificações do imobilizado para estoque.

A Empresa revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 7 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>23.412</b>
Remensuração	(1.044)
Encargos financeiros	2.085
Pagamento de encargos financeiros	(2.085)
Pagamento de principal	(1.073)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>21.295</b>
Remensuração (i)	(10.537)
Encargos financeiros	1.871
Pagamento de encargos financeiros	(1.871)
Pagamento de principal	(1.031)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>9.727</b>

- (i) A Empresa objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela mudança de estimativa, que acarretou a baixa dos arrendamentos. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	<b>Fluxo futuro</b>
<b>CIRCULANTE</b>	
2025	586
<b>Subtotal</b>	<b>586</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
2026	649
2027	720
2028	798
2029	884
2030	981
Após 2030	5.109
<b>Subtotal</b>	<b>9.141</b>
<b>Total</b>	<b>9.727</b>

## 8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

---

### 8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$432.763, representado por 432.763.095 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 8.2 Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, por decisão da Diretoria, a Empresa constituiu uma reserva de R\$8.867 (R\$52.428 em 31 de dezembro de 2023).

### 8.3 Destinação do resultado

O contrato social da Empresa estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido. Adicionalmente, de acordo com o contrato social, compete aos diretores deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa distribuiu R\$181 a título de dividendos mínimos obrigatórios, e R\$23.359 como dividendos intermediários.

## 9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

---

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas de suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

#### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Empresa transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

#### (b) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita das controladas é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

## 9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

### (b) Leilão de Energia de Reserva (LER)--Continuação

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos de energia eólicos	147.142	170.803
Ressarcimento de energia	(35.246)	(54.245)
Partes relacionadas	1.738	-
Mercado de curto prazo	(2)	5
Outras Receitas (i)	-	31.130
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>113.632</b>	<b>147.693</b>
(-) PIS e COFINS	(4.026)	(4.637)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>109.606</b>	<b>143.056</b>

- (i) A receita de 2023 é proveniente da indenização por lucros cessantes decorrentes de sinistro ocorrido em 2021 em dois aerogeradores da controlada Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. Os montantes atrelados a esta receita, foram integralmente compensados e liquidados no terceiro trimestre de 2024, conforme assinatura de acordo firmado em 22 de março de 2024.

## 10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>		
Contratos bilaterais	(16.725)	-
Contratos com partes relacionadas	(361)	(674)
Mercado de curto prazo	(57)	(40)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(24.742)	(23.913)
Taxa de fiscalização ANEEL	(833)	(760)
<b>Subtotal</b>	<b>(42.718)</b>	<b>(25.387)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Serviços de terceiros	(22.856)	(29.382)
Material	(3.890)	(483)
Depreciação e amortização	(27.414)	(27.228)
Seguros	(3.651)	(2)
Arrendamentos e aluguéis	(300)	(1)
Contribuições setoriais	(195)	(150)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	(101)	-
Outros custos operacionais	(20)	(37)
<b>Subtotal</b>	<b>(58.427)</b>	<b>(57.283)</b>
<b>Total</b>	<b>(101.145)</b>	<b>(82.670)</b>

## 11 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de aplicações financeiras	107	128	16.688	9.350
Variações monetárias	-	-	1.078	1.301
Variações cambiais	-	-	92	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(5)	(6)	(5)	(6)
Atualização de créditos tributários	2	-	2	-
Outras receitas financeiras	-	-	1.110	98
<b>Subtotal</b>	<b>104</b>	<b>122</b>	<b>18.965</b>	<b>10.743</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre arrendamento	-	-	(1.871)	(2.085)
Atualização de provisão desmobilização	-	-	(1.271)	(280)
Atualização monetária sobre ressarcimento	-	-	(2.117)	(2.606)
Tarifas e encargos bancários	-	-	(262)	(143)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	-	-	(479)	(269)
Outras despesas financeiras	(1)	-	(537)	(142)
<b>Subtotal</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(6.537)</b>	<b>(5.525)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>103</b>	<b>122</b>	<b>12.428</b>	<b>5.218</b>

## 12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Empresa apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2024.

No regime sobre o lucro real apurado pela Empresa, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Empresa não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladas é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

## 12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2024		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	9.064	9.064	19.857	19.857
Aliquota Nominal	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(2.266)</b>	<b>(816)</b>	<b>(4.964)</b>	<b>(1.787)</b>
<b>Adições e Exclusões à base:</b>				
Equivalência Patrimonial	2.241	807	-	-
Atualização de indébito tributário	1	-	1	-
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	7	3	7	3
Ajuste Lucro Presumido	-	-	(2.686)	(1.390)
<b>Ajuste de Imposto</b>				
Outros Ajustes	7	-	7	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(10)</b>	<b>(6)</b>	<b>(7.635)</b>	<b>(3.174)</b>
Aliquota Efetiva	-0,11%	-0,06%	-38,45%	-15,98%
Corrente	(10)	(6)	(8.953)	(3.886)
Diferido	-	-	1.318	712
<b>Total</b>	<b>(10)</b>	<b>(6)</b>	<b>(7.635)</b>	<b>(3.174)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2023		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	53.504	53.504	61.793	61.793
Aliquota Nominal	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(13.376)</b>	<b>(4.815)</b>	<b>(15.448)</b>	<b>(5.561)</b>
<b>Adições e Exclusões à base:</b>				
Equivalência Patrimonial	13.368	4.812	-	-
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	2	1	2	1
Ajuste Lucro Presumido	-	-	10.350	3.245
<b>Ajuste de Imposto</b>				
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	(492)	(396)
Outros Ajustes	3	(1)	7	(3)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(3)</b>	<b>(3)</b>	<b>(5.581)</b>	<b>(2.714)</b>
Aliquota Efetiva	-0,01%	-0,01%	-9,03%	-4,39%
Corrente	(3)	(3)	(7.070)	(3.517)
Diferido	-	-	1.489	803
<b>Total</b>	<b>(3)</b>	<b>(3)</b>	<b>(5.581)</b>	<b>(2.714)</b>

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS-- Continuação

### 13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa e suas controladas são como segue:

Notas	2024		2023		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Numerário disponível	3	971	971	42.015	42.015	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	3	43.157	43.157	127.572	127.572	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de investimento	3	144.228	144.228	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		13.751	13.751	4.496	4.496	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	4	-	-	9.030	9.030	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		10.697	10.697	10.712	10.712	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>212.804</b>	<b>212.804</b>	<b>193.825</b>	<b>193.825</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores		14.618	14.618	9.641	9.641	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	4	200.273	200.273	147.524	147.524	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	7	9.727	9.727	21.295	21.295	Custo amortizado
Dividendos a pagar		226	226	1.830	1.830	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>224.844</b>	<b>224.844</b>	<b>180.290</b>	<b>180.290</b>	

### 13.2 Gerenciamento de riscos

A Empresa e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Empresa e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Empresa concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Empresa.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Empresa e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Empresa e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e cauções e depósitos vinculados.

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS-- Continuação

### 13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.1) Risco de crédito--Continuação

###### Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Empresa tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

###### Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Empresa possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a *bureaus* de crédito, (ii) cálculo do *rating* de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, *rating* e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.117	1.044	188.356	169.587
Contas a receber de clientes	-	-	13.751	4.496
Cauções e depósitos vinculados	-	-	10.697	10.712
<b>Total</b>	<b>1.117</b>	<b>1.044</b>	<b>212.804</b>	<b>184.795</b>

##### (b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Empresa e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Empresa, bem como a operacionalização e controle destas posições.

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS-- Continuação

### 13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.2) Risco de liquidez--Continuação

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Empresa e suas controladas. Para a rubrica de "Passivo de arrendamento" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 7. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Controladora	
	De 3 a 12 meses	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Dividendos a pagar	221	221
<b>Total</b>	<b>221</b>	<b>221</b>

	Consolidado					Saldos em 31 de dezembro de 2024
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	
Fornecedores	14.618	-	-	-	-	14.618
Passivo de arrendamento	154	461	680	3.518	5.314	10.127
Dividendos a pagar	-	226	-	-	-	226
<b>Total</b>	<b>14.772</b>	<b>687</b>	<b>680</b>	<b>3.518</b>	<b>5.314</b>	<b>24.971</b>

##### (b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Empresa e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	902	1.007	43.157	127.572
Quotas de fundos de Investimentos	-	-	144.228	-
<b>Total</b>	<b>902</b>	<b>1.007</b>	<b>187.385</b>	<b>127.572</b>

Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Empresa e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI. O caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e ressarcimento.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	902	63	94	125	157	188
<b>Impacto no resultado</b>			<b>63</b>	<b>94</b>	<b>125</b>	<b>157</b>	<b>188</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>63</b>	<b>94</b>	<b>125</b>	<b>157</b>	<b>188</b>

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS-- Continuação

### 13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.3) Riscos de taxas de juros--Continuação

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	43.157	2.999	4.501	5.999	7.501	8.998
Quotas de fundos de investimento	CDI	144.228	10.024	15.043	20.048	25.067	30.072
<b>Impacto no resultado</b>			<b>13.023</b>	<b>19.544</b>	<b>26.047</b>	<b>32.568</b>	<b>39.070</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>13.023</b>	<b>19.544</b>	<b>26.047</b>	<b>32.568</b>	<b>39.070</b>

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Ressarcimento - passivo	IPCA	(200.273)	(5.007)	(7.510)	(10.014)	(12.517)	(15.020)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(5.007)</b>	<b>(7.510)</b>	<b>(10.014)</b>	<b>(12.517)</b>	<b>(15.020)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(5.007)</b>	<b>(7.510)</b>	<b>(10.014)</b>	<b>(12.517)</b>	<b>(15.020)</b>

#### (c) Outros riscos considerados relevantes

##### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Empresa estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Ventus Holding baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

##### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas

###### **Constrained-off de usinas eólicas**

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS-- Continuação

---

### 13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

##### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

###### Constrained-off de usinas eólicas--Continuação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por *constrained-off*.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS-- Continuação

---

### 13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

##### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

###### **Constrained-off de usinas eólicas**--Continuação

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.

###### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, o caderno de regras da CCEE “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”, o qual foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

## 13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS-- Continuação

---

### 13.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

##### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

###### Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares--Continuação

A Empresa, juntamente com outros agentes do setor e em nome das associações ABEEÓLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

Fruto da discussão jurídica, a ABEEÓLICA e ABSOLAR conjuntamente, representando a Empresa e outras associadas, impetraram requerimento administrativo com pedido de medida cautelar com vistas ao afastamento da exigência de lastro e de penalidades por insuficiência de lastro de energia de reserva de fontes eólica e solar, determinadas pela resolução em questão. Entretanto, a ANEEL votou “por não conhecer, devido sua intempestividade e por protocolado em face de norma geral e abstrata” através do Despacho nº 661/2022, o qual as requerentes questionaram através de um pedido de reconsideração, igualmente indeferido.

Em dezembro de 2022, em decorrência do processo de apuração de lastro, a CCEE enviou aos agentes, incluindo a Empresa, Termos de Notificação de Sanção por Lastró de Energia. Foram recebidas Notificações para 3 usinas UFV Guaimbê I, EOL da Prata e EOL Ventos do Nordeste, totalizando R\$177 referente ao ano de 2021. Mais adiante, com a aquisição pela Empresa de novos ativos, a Empresa foi notificada de suas penalidades em parte das usinas, sendo elas as eólicas Ventos De Santa Joana VI, Ventos De Santa Joana VIII, Ventos De Santa Joana XIV, Ventos De Santo Onofre I, Ventos De Santo Onofre III, Ventos De Santa Brigida I, Ventos De Santa Brigida II, Ventos De Santa Brigida III, Ventos De Santa Brigida IV, Ventos De Santa Brigida V, Ventos De Santa Brigida VI e Ventos De Santa Brigida VII, totalizando R\$650 para o mesmo período.

Considerando os documentos recebidos, a Empresa contestou as cobranças oficialmente através de solicitação à CCEE de recebimento da referida contestação, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio. Assim, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração da CCEE, após avaliar os fundamentos e razões de impugnação deliberou, em primeiro momento, pelo sobrestamento da análise da contestação do Termo de Notificação.

Em janeiro de 2023, a ABEEólica e a ABSOLAR, em continuidade ao trabalho jurídico de parecer, em conjunto com seus associados, protocolaram ação judicial para afastamento da indevida penalidade de lastro de energia de reserva. Em fevereiro de 2023, foi deferida a tutela de urgência requerida nos autos da Ação, onde a decisão é por suspender a exigência de lastro de energia de reserva, bem como qualquer contabilização, imputação, notificação (inclusive os Termos de Notificação relativos aos anos de 2021 e seguintes que tenham por fundamento essa a REN 909/2020), exigibilidade e/ou liquidação de penalidade por insuficiência de lastro para energia de reserva de fonte eólica e solar.

O processo segue em tramitação e sem novas atualizações desde o deferimento da liminar.